

# Ambiente e Território

Sistema Integrado de Informação e Conhecimento



2011

Doc. SIIC n.º 3

## SÍNTESE

A análise efectuada com 17 indicadores relativamente ao Ambiente e Território permite identificar algumas assimetrias na representação de mulheres e homens, que passamos a sintetizar.

Observa-se uma percentagem mais elevada de mulheres nos quadros técnicos, médios e superiores nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, o que parece poder estar relacionado com o facto da maior parte dos inscritos em cursos superiores em áreas relacionadas com o ambiente serem também mulheres.

Relativamente aos padrões de mobilidade, as mulheres portuguesas deslocam-se a distâncias menores por motivos de emprego do que os homens - utilizam mais os transportes públicos e a marcha a pé e gastam menos tempo para a realização nas deslocações.

## Ficha científica

Margarida Queirós (coordenação científica), CEG-UL

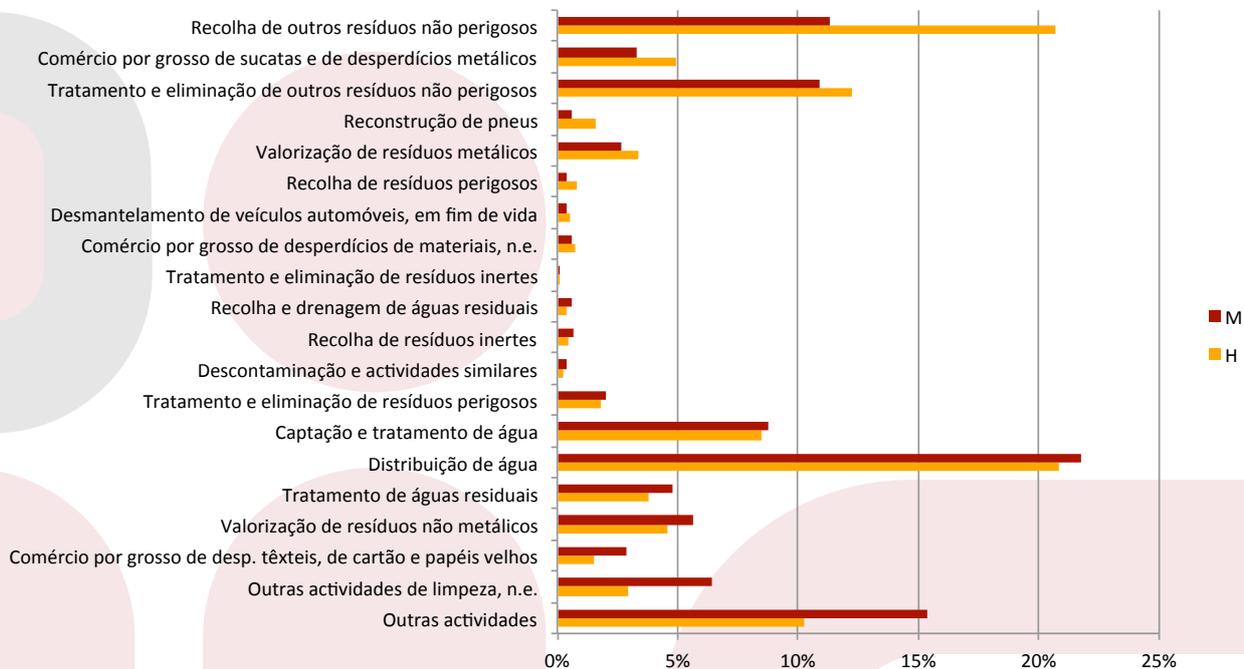
Manuel Lisboa (coordenação geral), FCSH-UNL

Nuno Marques da Costa, CEG-UL

Ana Lúcia Teixeira Dias, FCSH-UNL

Maria do Rosário Rosa, FCSH-UNL

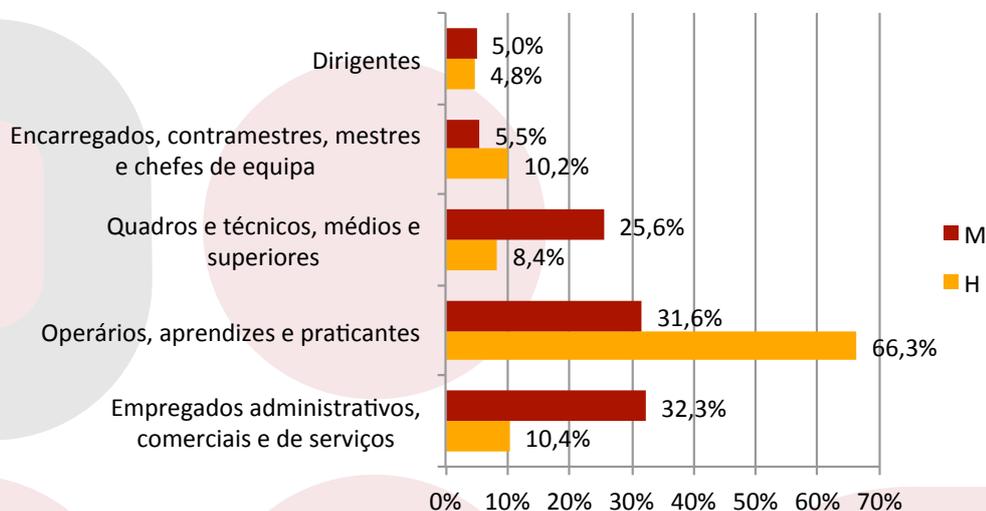
**Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de Ambiente, por actividades económicas e sexo, 2009 (%)**



Fonte: INE, Inquérito ao Sector dos Bens e Serviços do Ambiente

Na análise dos dados relativos às trabalhadoras e aos trabalhadores nas entidades produtoras de bens e serviços de Ambiente observa-se que algumas actividades como o comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos, valorização de resíduos não metálicos, tratamento de águas residuais e distribuição de água têm, proporcionalmente, mais mulheres. Já os homens têm uma maior representação percentual na recolha de outros resíduos não perigosos, comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos, tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos, reconstrução de pneus e valorização de resíduos metálicos.

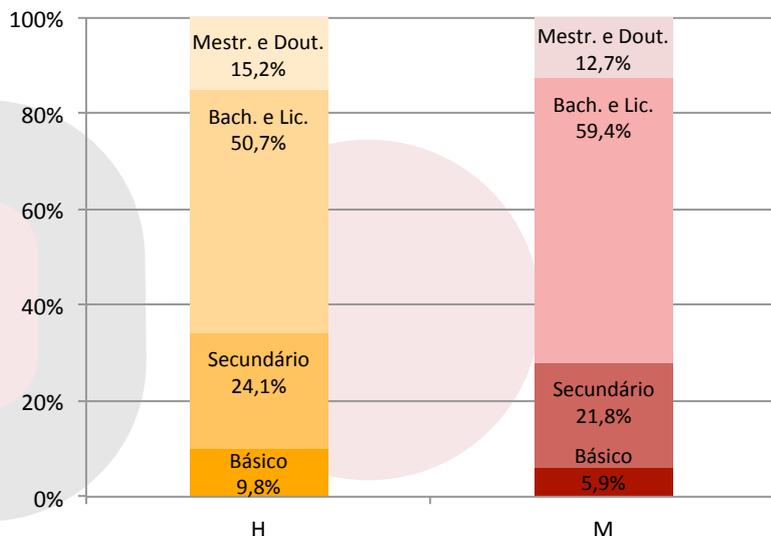
**Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de Ambiente, por profissão e sexo, 2009 (%)**



Fonte: INE, Inquérito ao Sector dos Bens e Serviços do Ambiente

Os dados relativos às pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de Ambiente, por profissão, permite observar que as mulheres têm uma expressão percentual mais elevada, proporcionalmente, em relação aos homens nas categorias dos empregados administrativos, comerciais e de serviços, dos quadros e técnicos, médios e superiores e ainda na dos dirigentes (se bem que aqui com uma diferença menor). Já os homens destacam-se sobretudo nas categorias dos operários, aprendizes e praticantes e na dos encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa. Este resultado observado no sector do Ambiente acompanha o que se passa na generalidade do mercado de trabalho que aponta para uma maior predominância das mulheres nos serviços. Também, é de atentar ao facto da maior parte dos/as alunos/as inscritos/as em cursos superiores com formação ambiental serem mulheres, o que hipoteticamente pode estar relacionado com o factor de haver uma percentagem ligeiramente maior de mulheres nos cargos directivos das entidades produtoras de bens e serviços de Ambiente.

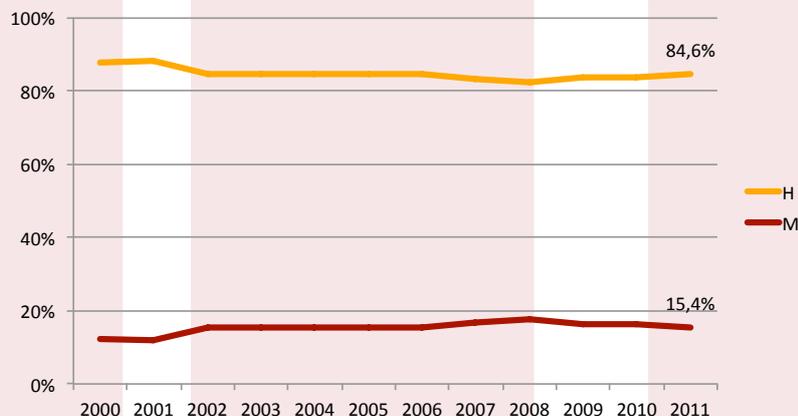
### Pessoal das Organizações Não Governamentais de Ambiente por nível de escolaridade e sexo, 2009 (%)



Fonte: INE, Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente

Analisando os dados relativos à distribuição por nível de escolaridade das pessoas que pertencem a Organizações Não Governamentais de Ambiente, constata-se uma distribuição percentual equilibrada entre homens e mulheres existindo, no entanto, algumas diferenças: há menos mulheres do que homens nos extremos da escolaridade, ou seja, com o ensino básico (9,8% de homens e 5,9% de mulheres); e com mestrado ou doutoramento (15,2% de homens e 12,7% de mulheres).

### Pessoal Vigilante da Natureza\* por sexo, 2000-2011 (%)

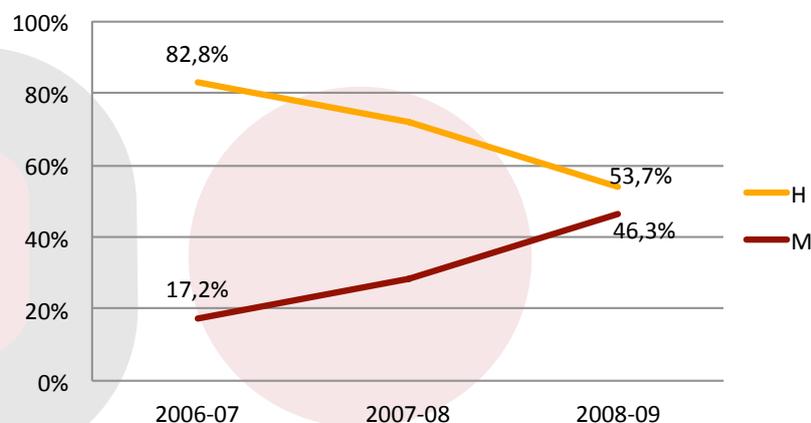


Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

\* “Os vigilantes da natureza asseguram, nas respectivas áreas de actuação, as funções de vigilância, fiscalização e monitorização relativas ao ambiente e recursos naturais, nomeadamente no âmbito do domínio hídrico, do património natural e da conservação da natureza” – N.º 1 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 470/99 de 6 de Novembro.

No que respeita aos/às Vigilantes da Natureza existe uma enorme diferença entre a percentagem de homens e mulheres, sendo que os primeiros estão claramente sobrerrepresentados (84,6% homens e 15,4% mulheres em 2011).

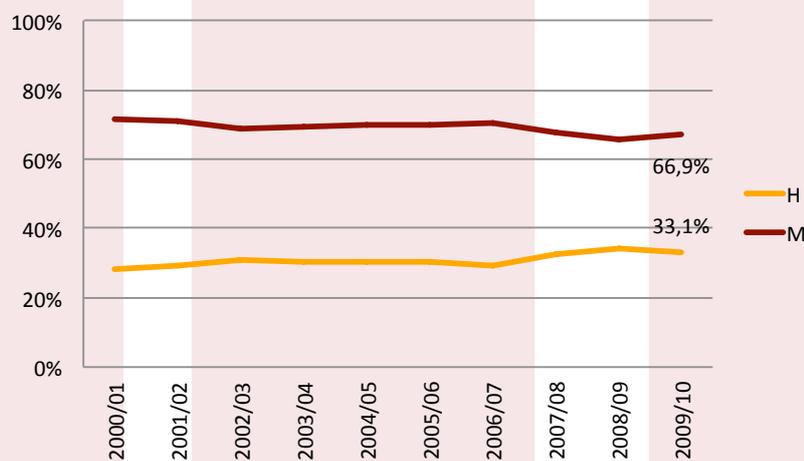
### Diplomados em CET na área da agricultura por sexo, 2006/07-2008/09 (%)



Fonte: GPEARI/MCTES

A proporção de mulheres a diplomar-se em Cursos de Especialização Tecnológica na área da agricultura tem estado, nos últimos anos, tendencialmente, a aproximar-se da dos homens sendo que elas representavam, no ano lectivo de 2008-2009, cerca de 46,3% dos diplomados nestes cursos. Este valor representa um aumento significativo relativamente a 2006-2007, onde a proporção de mulheres se situava nos 17,2%.

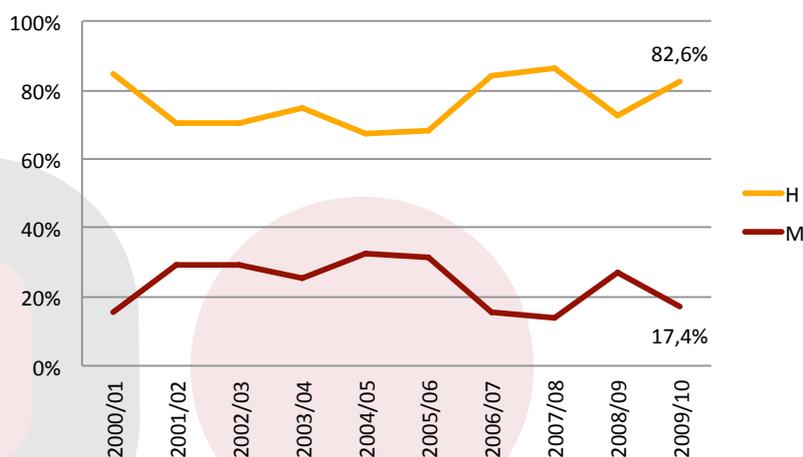
### Diplomados no ensino superior em protecção do ambiente por sexo, 2000/01-2009/10 (%)



Fonte: GPEARI/MCTES

No que diz respeito à generalidade dos diplomados/as em áreas relacionadas com as questões do Ambiente e do Território, observam-se algumas diferenças consoante o âmbito da formação. No caso dos cursos em protecção do ambiente, observa-se que as mulheres têm uma expressão percentual mais elevada (66,9%) relativamente aos homens e que esta disparidade se tem mantido relativamente estável ao longo da última década.

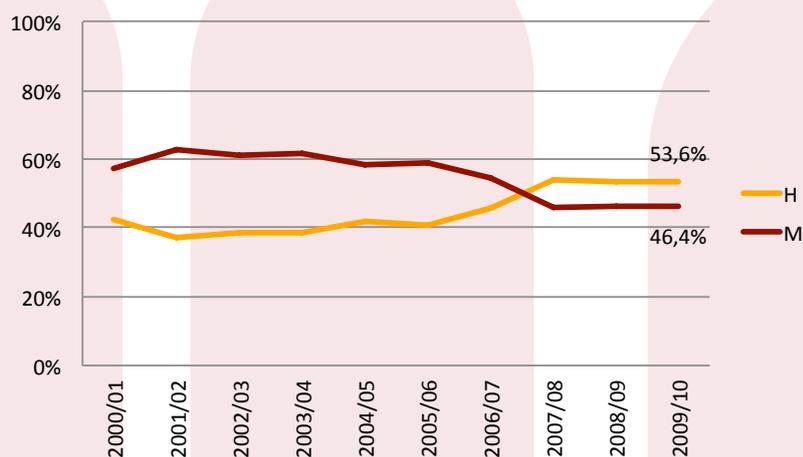
### Diplomados no ensino superior em serviços de transporte por sexo, 2000/01-2009/10 (%)



Fonte: GPEARI/MCTES

Já no que diz respeito aos cursos em serviço de transportes, são os homens que mais se destacam em termos numéricos. Ainda que nos últimos 10 anos se registem algumas oscilações, as mulheres representam sempre uma percentagem relativamente pequena dos/as diplomados/as nesta área (17,4% em 2009-2010).

### Diplomados no ensino superior em agricultura, silvicultura e pescas por sexo, 2000/01-2009/10 (%)



Fonte: GPEARI/MCTES

Na área da agricultura, silvicultura e pescas observou-se, em 2007-2008, uma inversão da tendência até então verificada, onde as mulheres representavam a maior parte dos/as diplomados/as. Desde essa data, os homens passaram a estar em superioridade numérica (53,6% em 2009-2010).

Trabalhos já realizados sobre a temática revelam, recorrendo a dados com uma diferente desagregação, que as mulheres têm uma forte presença “nos cursos com vocação ambiental, sendo em número inferior nos cursos com forte componente tecnológica, nas engenharias ligadas às Energias, Florestas e Agronómica, sendo que nesta última nem sempre isto se verifica. Os cursos de protecção civil são também maioritariamente preferidos pelos alunos do sexo masculino. (...) Estes números apenas nos podem informar quanto ao potencial de mulheres e homens com formação superior a entrar no mercado de trabalho em domínios ligados ao desenvolvimento e à conservação da natureza e da biodiversidade. Nesta perspectiva, revelam que as mulheres estão superiormente representadas na área ambiental e que no futuro se espera que as profissões qualificadas ligadas ao ambiente se associem crescentemente a mulheres, mas tal não garante uma posição cimeira das mesmas em cargos de chefia e de decisão na área ambiental.”\*

\* Gaspar, J., Queirós, M., Costa, N.M., Henriques, E.B., Palma, P., Mendes, A., Chalabardo, M., Monteiro, S. (2009). *Género, Território e Ambiente*. Lisboa: CEG-UL e CIG.

## Tomada de decisão política no Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território por sexo, 2011

	H	M
Ministro	---	Assunção Cristas
Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural	Daniel Campelo	---
Secretário de Estado do Mar	Manuel Pinto de Abreu	---
Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território	Pedro Afonso de Paulo	---
Secretário de Estado da Agricultura	José Diogo Albuquerque	---
Secretário geral do extinto ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território	---	Paula Gonçalves
Secretário geral do extinto ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	---	Maria Clotilde Damas Nunes Ferreira de Jesus
Presidente da Autoridade Florestal Nacional	Amândio Torres	---
Director Geral da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	Vítor Campos	---
Presidente do Conselho Diretivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	Jaime Melo Baptista	---
Presidente do Instituto da Água	Orlando Borges	---
Presidente do Instituto Nacional de Recursos Biológicos	---	Maria Rosa Tobias Sá
Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade	Tito Rosa	---
Director da Agência Portuguesa do Ambiente	Mário Grácio	---
Director do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais	---	Maria Manuela dos Santos Proença
Director do Gabinete de Planeamento e Políticas	Francisco Cordovil	---

Fonte: Portal do Governo; Secretaria-Geral do ex-MAOT; Secretaria-Geral do ex-MADRP; Autoridade Florestal Nacional; Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; Instituto da Água; Instituto Nacional de Recursos Biológicos; Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade; Agência Portuguesa do Ambiente; Departamento de Prospectiva e Relações Internacionais; Gabinete de Planeamento e Políticas.

## Tomada de decisão política no Ministério da Economia e do Emprego - Transportes - por sexo, 2011

	H	M
Ministro	Álvaro Santos Pereira	---
Secretário de Estado das Obras públicas, transportes e comunicações	Sérgio Monteiro	---
Secretário Geral	António Mira dos Santos	---
Director do Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais	Vítor Magriço	---
Director do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres	Carlos Alberto do Maio Correia	---
Director do Instituto Nacional de Aviação Civil	Luís Miguel Pereira Trindade Santos	---
Director Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos	João Carvalho	---

Fonte: Portal do Governo; Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego; Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais; Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres; Instituto Nacional de Aviação Civil; Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

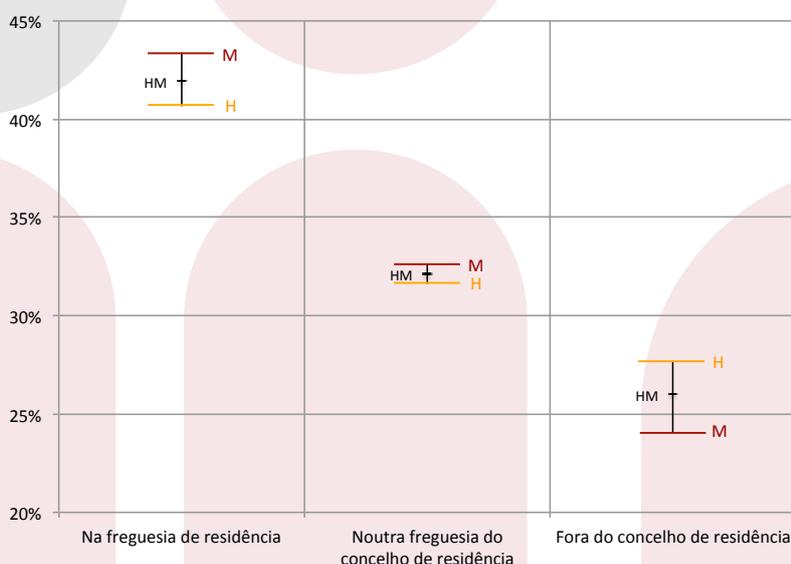
### Tomada de decisão política no Ministério da Economia e do Emprego - Energia - por sexo, 2011

	H	M
<b>Ministro</b>	Álvaro Santos Pereira	---
<b>Secretário de Estado da Energia</b>	Henrique Gomes	---
<b>Secretário Geral</b>	António Mira dos Santos	---
<b>Director da Direcção Geral de Energia e Geologia</b>	José Perdigoto	---
<b>Director da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos</b>	Vítor Santos	---

Fonte: Portal do Governo; Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego; Direcção-Geral de Energia e Geologia; Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Nos órgãos de tomada de decisão das áreas adstritas à questão do Ambiente, observa-se uma presença reduzida de mulheres. Se no Ministério da Agricultura e do Ordenamento do Território (e organismos por ele tutelados) é ainda possível encontrar alguns cargos de topo ocupados por mulheres, como é o caso da líder do ministério, nas duas áreas analisadas dentro do Ministério da Economia e do Emprego não se regista a presença de nenhuma mulher.

**Local de destino das deslocações casa-trabalho ou escola por sexo, 2001 (%) (Continente)**

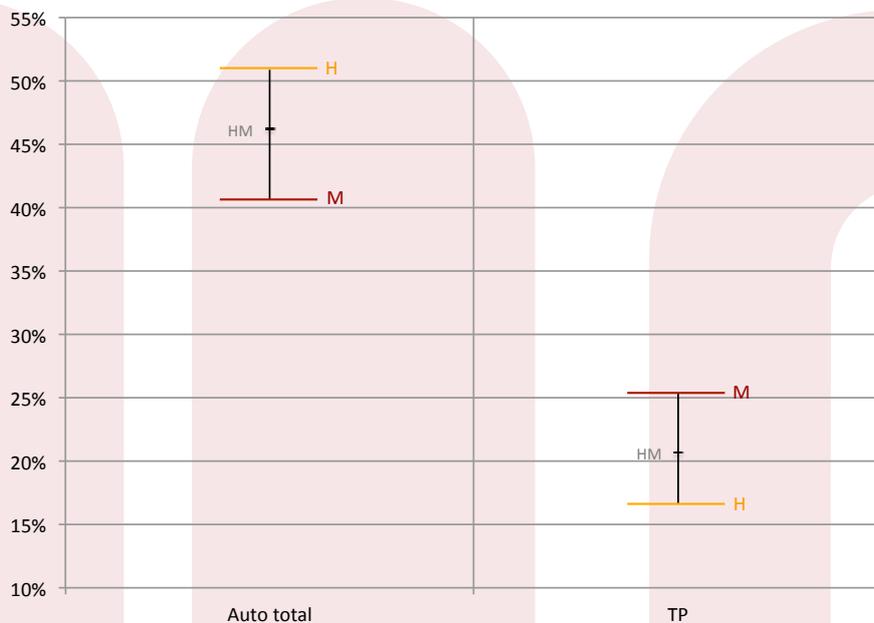
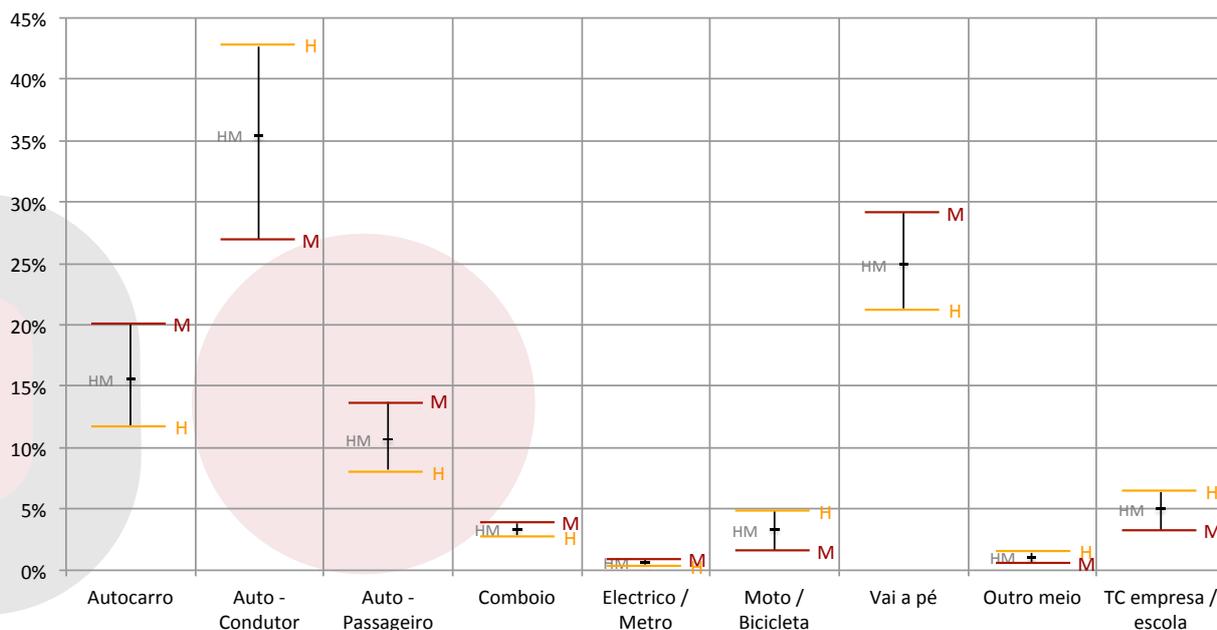


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

A partir da informação do recenseamento de 2001 é possível identificar o local de destino das deslocações por motivo de trabalho ou de estudo segundo três áreas. Verifica-se que no Continente, mais de sete em cada dez das deslocações por motivo de trabalho ou de estudo têm como destino o próprio concelho de residência (74,0%), sendo que quatro em cada dez são realizadas na própria freguesia de residência (41,9%). Apesar da diferença média entre homens e mulheres não exceder os 3%, são as mulheres que residem mais próximo dos locais de trabalho. Para 43,3% das mulheres, o local de trabalho ou de estudo situa-se na freguesia de residência e para 32,60% noutra local no concelho de residência, valores que para os homens são de 40,7% e de 31,7%, respectivamente. As percentagens de saídas para fora do concelho de residência representam cerca de 24% para as mulheres e de 28% para os homens, ocorrendo as diferenças mais acentuadas nas NUTS\* III do Alentejo Litoral, Tâmega; Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Ave e Península de Setúbal.

\* NUTS: Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia (INE).

## Principal modo de deslocação casa-trabalho ou escola por sexo, 2001 (%) (Continente)

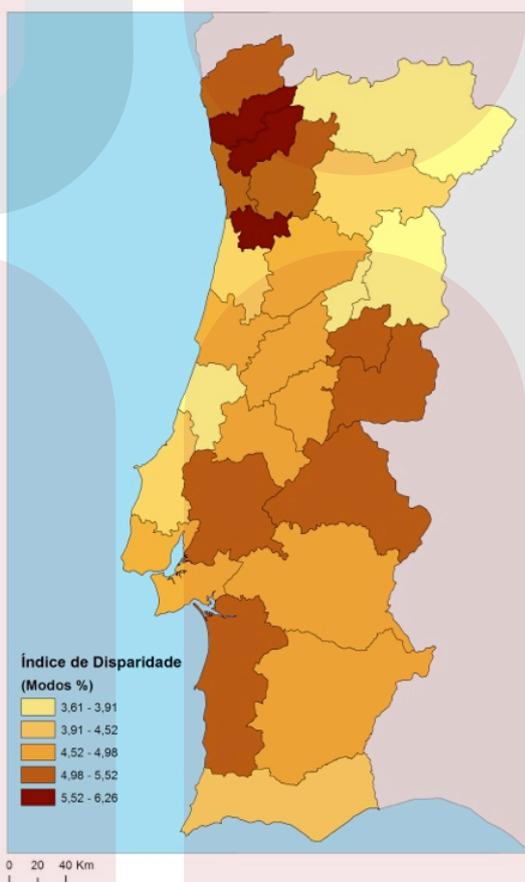


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

As diferenças entre homens e mulheres são mais acentuadas relativamente aos modos de transporte utilizados para a realização das deslocações. Nas deslocações motorizadas, as mulheres recorrem mais ao autocarro ou a outro transporte público, enquanto a utilização do automóvel e, embora com valores bem mais reduzidos, dos motociclos ou bicicletas, se encontra associado aos homens. Também em relação às deslocações à pé as diferenças são significativas, excedendo os 7%. As deslocações a pé representam 29,1% para as mulheres e para os homens 21,4%.

No Continente, 46,2% do total de deslocações por motivo de trabalho ou de estudo realizam-se com recurso ao automóvel como principal modo de transporte. Para os homens, o automóvel constitui o principal modo de transporte para mais de metade das deslocações realizadas (50,9%); para as mulheres esse valor, apesar de elevado, é bastante mais baixo, 40,7%. O transporte público é utilizado em um quarto das deslocações realizadas por mulheres (25,3%), enquanto para os homens o valor não ultrapassa os 17%.

### Índice de disparidade de género segundo os modos de deslocação, 2001 (Continente)



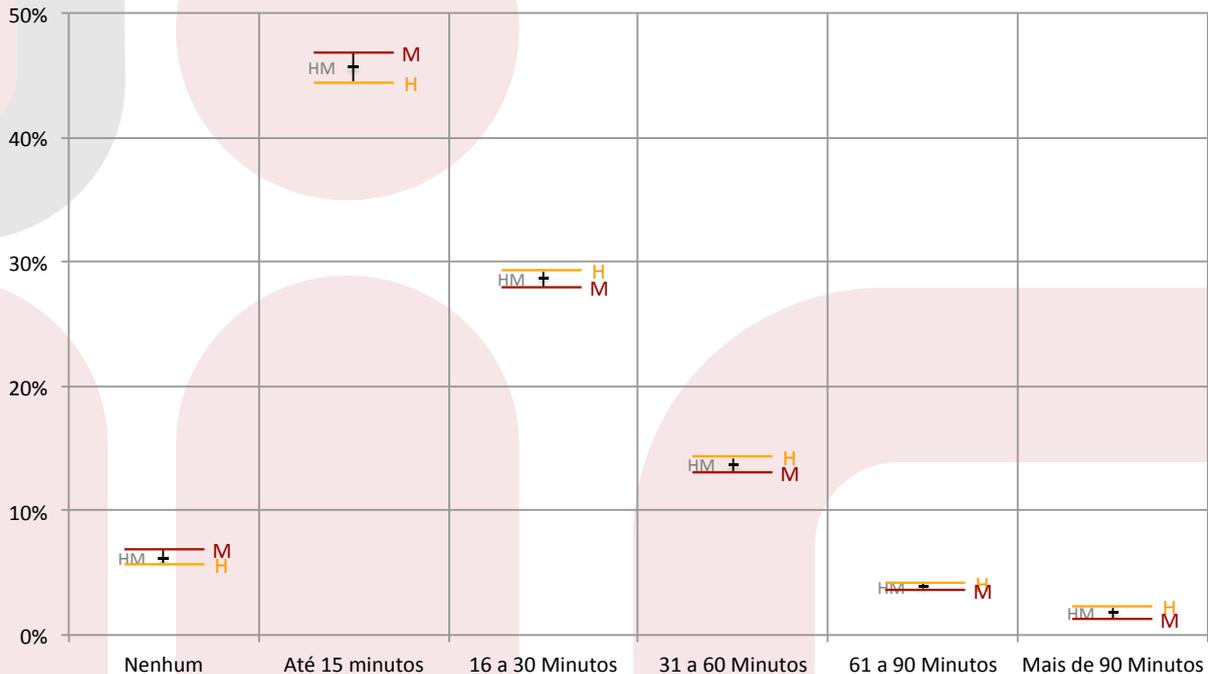
Fonte: Gaspar, J., Queirós, M., Costa, N.M., Henriques, E.B., Palma, P., Mendes, A., Chalabardo, M., Monteiro, S. (2009). Género, Território e Ambiente. Lisboa: CEG-UL e CIG.

O Índice de Disparidade de Género segundo os modos de deslocação pretende resumir as diferenças relativas ao comportamento de homens e de mulheres em relação à utilização do modo de transporte nas suas deslocações para o local de trabalho ou de estudo. O valor do índice expressa a média das diferenças absolutas entre homens e mulheres em cada um dos modos, ou seja, é um resumo das diferenças no conjunto de todos os modos de transporte analisados. Os valores elevados revelam a existência de maiores diferenças na utilização dos diferentes modos de transporte entre homens e mulheres. Estas disparidades resultam dos diferentes contextos em que as relações territoriais se desenvolvem, onde a estrutura demográfica, a taxa de feminização do trabalho, o rendimento, os níveis de escolaridade, o grau de proletarização ou a oferta de transporte público, entre outros factores, contribuirão para a explicação das diferenças de mobilidade entre homens e mulheres. Na verdade, o padrão de distribuição do índice associa-se de forma muito expressiva com as maiores diferenças entre homens e mulheres no que se refere à saída para fora do concelho de residência.

**Nota:** O índice de disparidade de género segundo os modos de deslocação é dado por

$$IDG_{\text{modos}} = \frac{\sum_{i=1}^n |\% \text{ mulheres que se desloca no modo } i - \% \text{ homens que se desloca no modo } i|}{n}$$

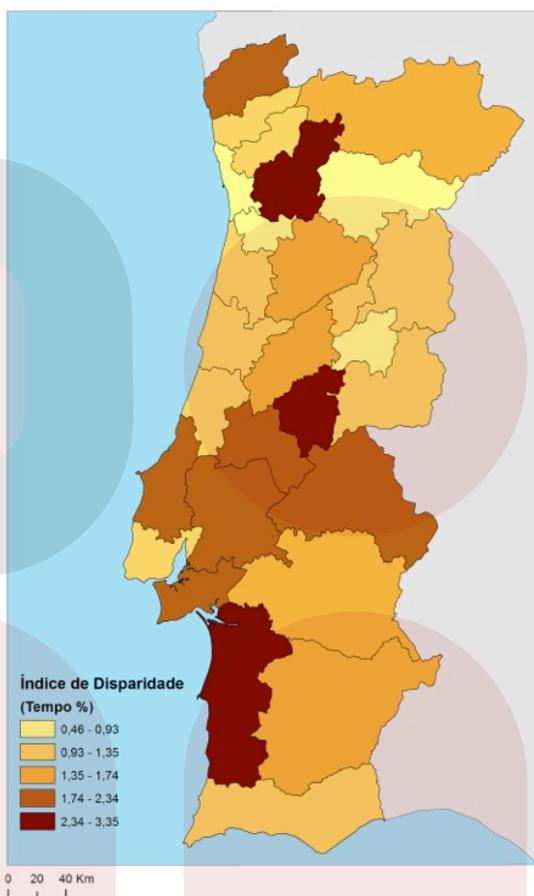
Tempo de deslocação casa-trabalho ou escola por sexo, 2001 (%) (Continente)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

Relativamente aos tempos das deslocações entre a residência e o local de trabalho ou de estudo podemos verificar que cerca de metade não ultrapassa os 15 minutos. Destas, 53,5% das deslocações realizadas por mulheres e 50,5% das efectuadas por homens encontram-se abaixo do quarto de hora. Relativamente ao tempo de deslocação ocorre uma maior igualdade de género, não se registando grandes diferenças nos tempos despendidos por homens e por mulheres nas suas deslocações para o emprego ou para a escola, muito embora isso não corresponda a uma igualdade relativamente às distâncias médias percorridas, uma vez que existe uma maior diferenciação em relação aos modos de transporte utilizados, recorrendo os homens a modos de transporte mais rápidos do que as mulheres, como já foi referido.

## Índice de disparidade de género segundo os tempos de deslocação, 2001 (Continente)



Fonte: Gaspar, J., Queirós, M., Costa, N.M., Henriques, E.B., Palma, P., Mendes, A., Chalabardo, M., Monteiro, S. (2009). Género, Território e Ambiente. Lisboa: CEG-UL e CIG.

O Índice de Disparidade de Género segundo os tempos de deslocação pretende resumir as diferenças relativas ao comportamento de homens e de mulheres em relação ao tempo de deslocação para o local de trabalho ou de estudo. O valor do índice expressa a média das diferenças absolutas entre homens e mulheres em cada um dos intervalos de tempo. Os valores elevados revelam a existência de maiores diferenças de tempo despendido em deslocações entre homens e mulheres.

Na generalidade das NUTS III, a maioria das deslocações encontra-se abaixo dos 16 minutos. Apenas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto se observam tempos de deslocação significativamente superiores. No Porto, as deslocações até aos 30 minutos representam três quartos do total de deslocações; um pouco mais na Área Metropolitana de Lisboa, onde as deslocações acima dos 30 minutos representam mais de um terço das deslocações, afectando de igual forma homens e mulheres. As maiores disparidades de género registam-se no Alentejo Litoral, Tâmega e Pinhal Interior Sul, onde a disparidade no que respeita à localização do emprego é maior. As diferenças de saídas para fora do concelho entre homens e mulheres são de 8,6% no Alentejo Litoral, de 7,6% no Tâmega e de 3,6% no Pinhal Interior Sul que, embora apresente valores mais reduzidos do que os dois primeiros, mostra um valor acima da média do Continente.

**Nota:** O índice de disparidade de género segundo os tempo de deslocação é calculado como o índice de disparidade de género segundo os modos de deslocação, substituindo-se os modos pelas classes de tempo despendido nas deslocações.

### Evolução no número de cartas de condução por sexo, 1999-2006 (N e %)

Idade (anos)	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Total	M %														
<24	666 652	42,2	661 703	42,6	644 104	42,9	634 817	42,9	617 794	43,5	592 263	43,8	561 091	44	533 547	44,2
25-44	1 790 120	40,6	1 956 659	41,3	2 093 381	41,9	2 230 235	41,9	2 339 962	42,9	2 443 311	43,4	2 505 118	43,8	2 566 314	44,1
45-64	1 024 335	24,6	1 129 048	26	1 203 471	27,2	1 281 723	27,2	1 360 636	29,5	1 446 059	30,6	1 520 531	31,7	1 605 287	32,7
65-74	269 188	14,6	294 171	15,3	314 992	16,1	338 052	16,1	361 401	17,3	385 159	18,1	406 391	18,8	425 736	19,7
>75	97 703	8,6	115 354	9,2	134 783	9,7	156 052	9,7	180 194	10,5	206 104	10,9	234 490	11,5	265 763	11,9
Total	3 847 998	34,0	4 156 935	34,6	4 390 731	35,2	4 641 077	35,2	4 859 987	36,1	5 072 896	36,5	5 227 621	36,9	5 396 647	37,2

Fonte: Gaspar, J., Queirós, M., Costa, N.M., Henriques, E.B., Palma, P., Mendes, A., Chalabardo, M., Monteiro, S. (2009). Género, Território e Ambiente. Lisboa: CEG-UL e CIG.

No que diz respeito ao número de cartas de condução, verifica-se um grande crescimento entre 1995 e 2006 (últimos dados que temos acesso). Em 2006, das perto de 5,48 milhões de cartas de condução emitidas, cerca de 3 em cada oito cartas eram tituladas por mulheres (37,2%), quando, em 1995, essa proporção era de 3 para dez; ou seja, as mulheres representavam trinta por cento dos encartados do Continente. Entre estes dois momentos, o crescimento médio anual foi, no conjunto dos dois sexos, de 5,6% ao ano, tendo sido de 4,6% nos homens e mais elevado nas mulheres, atingindo os 7,6%.

A convergência para uma situação de maior paridade entre o número de encartados/as mulheres e homens constitui a principal conclusão da análise destes dados.

No que respeita à distribuição das cartas de condução pelos diferentes escalões etários, verifica-se que a situação de equilíbrio é mais evidente nos escalões mais jovens até aos 44 anos. No entanto, entre 1999 e 2006, o processo de equilíbrio alargou-se à generalidade dos escalões etários, tendo-se reforçado a posição relativa das mulheres em todos os escalões acima dos 45 anos. No entanto, apesar destes dados indiciarem um forte ritmo de convergência entre homens e mulheres neste domínio, não significa que se tenha verificado o mesmo ritmo de aumento do peso relativo das mulheres como condutoras no dia-a-dia; ou seja, a utilização regular de um veículo automóvel (uma vez que não temos dados que nos permitam essa leitura).

